

## ***DEONTOLOGIA DA MAGISTRATURA\****

---

**CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO**

*Ministro do Superior Tribunal de Justiça*

O Brasil é um País que, a cada instante, elege como alvo de suas críticas mais agudas uma instituição de poder e, neste momento da vida republicana brasileira, a instituição que está como alvo das críticas mais duras e rigorosas é, exatamente, o Poder Judiciário, com censuras relativas a sua falta de competência para dirimir os conflitos sociais e, também, à falta de competência para exercer o papel de guardião rápido e eficaz da Constituição, que rege a vida democrática do nosso País.

A resposta ao porquê de tais críticas é a constatação de que falta compreender o papel do Poder Judiciário, desde as suas origens, na vida dos povos. E, particularmente, há a verificação de que o Poder Judiciário pode ser, do ponto de vista normativo, um ente abstrato, mas que, na sua projeção social, nada mais é do que um reflexo do Juiz. Ele será bom se os Juízes forem bons.

É necessário que se faça uma reflexão a respeito do que significa, concretamente, ser Juiz, prestar a jurisdição, e por que a sua figura não pode ser dissociada da pessoa humana.

É importante observar certas regras elementares, fundamentais, que, às vezes, estão na cultura da sociedade e com elas, portanto, não se toma o menor cuidado. Não são regras de natureza teórica mas, sim, prática. Exemplo: uma aula foi marcada para as dez horas e começou às dez e vinte, não por culpa do professor, que chegou pontualmente, mas porque alguns Juízes chegaram depois da hora marcada. Indaga-se: se amanhã, um advogado chegar cinco minutos depois da hora marcada para a audiência, qual será a consequência?

---

\* Palestra no XVII Curso de Iniciação Profissional de Magistrados, promovido pela Escola da Magistratura do Estado do RJ – EMERJ – Janeiro/1998.

Portanto, o cumprimento do dever é inerente ao exercício da função. É importante que os horários sejam cumpridos. No Superior Tribunal de Justiça, as sessões começam rigorosamente às quatorze horas, os Ministros chegam antes da hora marcada e ingressam juntos no Plenário.

A autoridade do Juiz se faz por seu comportamento, que compõe uma verdadeira liturgia. Essa liturgia preserva o poder da judicatura. Não é só a competência, a eficácia, seguramente essenciais, mas, igualmente, a liturgia do poder, o que dá força ao Juiz.

O que nós vemos, muitas vezes, na Judicatura do Rio de Janeiro, do Brasil, são Juízes que, por uma ou outra razão, fazem as audiências ou recebem as partes em "mangas de camisa", com a gravata desabotoada. A liturgia é indispensável. Ela não é um aparato inútil, representa a exteriorização do poder.

O Juiz terá força à medida em que for capaz de fazer sentir ao seu jurisdicionado, aos seus colegas, que uma decisão que ele está emitindo é uma decisão que não representa o seu convencimento próprio, mas, sim, a força do poder do Estado, e por essa razão, temos que exteriorizar essa força. E ela é exteriorizada à medida que os Magistrados cumpram os ritos e, conseqüentemente, respeitem a liturgia do cargo.

Em 1926, em aulas proferidas na Faculdade de Direito do Cairo, no Egito, o grande mestre do Direito Constitucional, Leon Duguit, dizia que quando um Juiz dá uma ordem, quando o oficial de justiça a cumpre, não é a ordem que está sendo respeitada ou o ato que está sendo respeitado. É o poder do Estado, por inteiro, que está nas mãos daquele Juiz.

Quando o Magistrado emite um comando, uma ordem, ao julgar uma causa, não está assim fazendo, apenas, porque é Juiz e fez um concurso e sim porque fez o concurso e foi investido, não como funcionário público ou servidor geral de qualquer dos poderes do Estado,

mas no cargo de Juiz, que representa o Poder do Estado. Ele é membro deste Poder, exerce um Poder do Estado. Isto é que justifica, lastreia e motiva o Juiz para que possa, ele próprio, no exercício da judicatura, fazer valer a ordem que emitiu, fazer cumprir a sentença que prolatou e fazer com que o jurisdicionado respeite a sua decisão.

O respeito só surge se o comportamento do Magistrado a ele der ensanchas. Ninguém respeita quem, a si próprio, não se respeita. O respeito não nasce do conhecimento, puro e simples, e é por isso que o conhecimento não é o essencial para a função do Juiz. Pelo contrário, tê-lo sem a correspondente sabedoria, ou seja, quem sabe mas não transforma o saber em sabedoria, é absolutamente incompetente para o exercício da judicatura. Quem sabe e transforma o saber em sabedoria pode começar a ser Juiz. Contudo, ele só pode ser Juiz se, além de transformar o saber em sabedoria, também vestir a alma da judicatura.

No Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, tem-se feito um grande esforço para que os Juízes, depois de aprovados nos concursos, façam estágios na Escola da Magistratura e aprendam não apenas a proferir os despachos, a definir algumas questões técnicas, mas, antes de tudo, aprendam a ser Juízes e a se comportar como tal, a ter a compostura da judicatura, e, para isso, a EMERJ aperfeiçoa-se cada dia mais, para que eles possam ser acompanhados, tanto do ponto de vista do saber, ou seja, do conhecimento, como da compostura com que estão exercendo a judicatura. Esse conjunto deve corresponder às aspirações dos que, verdadeiramente, desejam que o Poder Judiciário seja prestigiado.

O Magistrado que julga à tarde e, em seguida, às dezoito horas sai para tomar chope no "Chamego do Papai", evidentemente, não tem condições de ser Juiz, de exercer a judicatura.

O Juiz que chega à Comarca, na Vara, sem cuidados no vestir, barbado, igualmente, não tem condições de ser Juiz, de se impor diante de seus semelhantes.

Há um porquê nas críticas feitas ao Poder Judiciário.

No Superior Tribunal de Justiça, cada Ministro recebe cerca de duzentos processos semanalmente, o que custa ao Magistrado muitos finais de semana. Não se deve pensar que a judicatura é só a beleza do exercício do poder e das prerrogativas; a beleza da judicatura é, exatamente, a capacidade de abrir mão de sábados e domingos, quando os processos estão atrasados, pois deve cumprir-se primeiro o dever. O atraso de um Juiz, que leva dois anos para dar uma sentença, mesmo sob a alegação de que está acumulando Varas, repercute não só nos jurisdicionados, mas, principalmente, na instituição do Judiciário.

Quando um Juiz comete um ato que não é digno da Magistratura, não é ele e nem o jurisdicionado que está sofrendo; nesses casos, quem está sendo atacada violentamente é a instituição, o Poder Judiciário. Este, sim, fica exposto à sociedade.

Quem quer ser Juiz tem que ter força e vigor para preservar e defender a Magistratura, para fazer com que a toga não seja, apenas, o instrumento do seu trabalho, e sim a cobertura da sua própria vida. É esse o sentido e o alcance de um curso como o que a Escola da Magistratura está prestando.

Não se deve estar aqui somente para buscar o conhecimento. É, também, para reforçar a vocação e iluminar a alma de Juiz, quer dizer, é preciso querer, efetivamente, o exercício da Judicatura. Ele vai nos exigir mais do que seremos capazes de realizar, vai nos exigir a compreensão, o que significa doação, sem receber em troca nada, nem mesmo reconhecimento. Por que os Juízes têm prerrogativas? Por que têm, não privilégios, mas condições especiais de exercício do mister? O

Juiz está perdendo. Mas por quê? Porque está perdendo a capacidade de doação, por inteiro, à Judicatura. Atualmente, um Juiz ingressa na carreira com remuneração de, aproximadamente, R\$ 3.200,00 a R\$ 3.400,00, o que é um salário ínfimo para a competência constitucional que tem, ainda que do ponto de vista da sociedade possa parecer muito. O Magistrado não tem sindicatos e não quer ter, não pode se confundir com associações sindicais, pois tem que julgá-las também. A melhor atitude é a dedicação integral ao trabalho na magistratura. Não vem para enriquecer. Vem para exercer a sua vocação.

Muitas vezes, o Magistrado tem que ser estóico e sofrer em silêncio. Tem que lutar com as armas que a Constituição lhe deu, a saber: a competência no exercício da atividade, a prestação correta e independente da jurisdição.

Por que nasceu o Juiz vitalício? Para que ele pudesse exercer, sem nenhuma pressão, a sua judicatura. A independência do Juiz está no ato de julgar sem coação de quem quer que seja, nem dos poderosos nem da opinião pública. Isso é a independência do Magistrado.

Não se deve pensar que o Juiz perde a sua independência porque existe a súmula vinculante. Isto é um disparate. A independência do Juiz não reside em demonstrações vazias de poder, ao contrário, está na demonstração de ter consciência quando emitir uma decisão e evitar que as decisões conflitantes com a jurisprudência dominante nas Cortes superiores prejudiquem as partes com uma esticada recursal inútil.

Qual é o desprestígio do Judiciário?

Quantos Juízes que ao chegarem em suas comarcas começam a conceder liminares contra os prefeitos. O Julgador não deve decidir de afogadilho. A liminar é o instrumento mais poderoso que o Juiz tem. Deve ter-se sempre em mente que, em qualquer ocasião em que for requerido um pedido de liminar, uma decisão urgente, é de se lembrar que esta

decisão não é tão urgente que não mereça uma reflexão detida, um pensamento, uma análise, um estudo de acordo com as circunstâncias de cada caso. Prudência nunca será demais para o Magistrado.

O Magistrado não tem a obrigação de saber tudo. E se não sabe, tem a obrigação de procurar a resposta. O Juiz não é onisciente. O ser humano não terá nunca a capacidade de tudo conhecer. Ele substitui, ao longo da vida, umas dúvidas por outras. Isso é da natureza do conhecimento. O Magistrado tem a chance iluminada, a oportunidade, de conhecer tudo o que for a ele submetido, pelo estudo, pela reflexão. E mesmo assim a sua conclusão pode provocar divergência. Do contrário, não haveria voto vencido nos Tribunais ou pedidos de vista, todos votariam na mesma ocasião.

No Superior Tribunal de Justiça, o pedido de vista é uma rotina, pois não há Revisor. São cinco Magistrados votando em cada Turma e o Relator é o único que tem acesso ao processo. Em muitos casos, pede-se vista dos autos para um exame mais detido. Assim deve ser desde o início: o Juiz precisa imaginar que não sabe nada, ter um pouco de humildade, presumir que o saber ainda é um mistério; aí poderá exercer bem a judicatura. Sobretudo, é importante ter paciência para aprender, tolerância para compreender e bondade para dizer o Direito. Quem não possuir estes requisitos não tem condição para julgar o seu próximo.

O Magistrado julga pela medida da sua realidade e ela é a do dia-a-dia, a da busca do conhecimento, a de ajudar quem está ao lado, a de olhar para o outro e compreender que aquele outro significa que nós estamos nele. Ao julgar, o Magistrado deve saber que um dia também ele poderá estar no lugar daquele que está pedindo a Justiça.

Pedir não é vergonha, pedir é da natureza do homem que entende que o outro é o seu complemento.

O Magistrado deve sempre receber os advogados, ao ter dúvidas deve debater com o advogado, pois, do contrário, não estará agindo corretamente. O Juiz que não recebe o advogado revela, tão-somente, insegurança.

Deve ouvir os representantes do Ministério Público, consultá-los. Eles opinam, os Magistrados decidem.

Os defensores públicos lutam com imensas dificuldades e, às vezes, defendem muito melhor que os advogados contratados. Os Juízes devem sempre ouvir, com muita paciência, os defensores que estão lutando pelos interesses do necessitado.

O sentido de unidade deve sempre prevalecer, pois Juiz, membros do Ministério Público, defensores, advogados, todos são um só para a realização da Justiça. Deve haver a compreensão de que é esta unidade que dá a força. O homem se torna mais, fazendo com que o mundo seja mais.

Se houver o entendimento exato de que todos, juntos, são capazes de construir esta beleza que é a prestação da jurisdição com a direta participação dos advogados ou dos membros do Ministério Público e da Defensoria Pública, o êxito será alcançado e será possível mostrar à sociedade que os Magistrados têm a consciência do seu dever e que podem continuar exigindo da sociedade o respeito às prerrogativas da Magistratura, porque cada prerrogativa é uma garantia para que o cidadão seja respeitado na sua liberdade, na sua esfera de direitos, em um país que tão pouco respeita a cidadania.

**Max Weber**, o grande pai da sociologia, ensinou que se cada um for capaz de cumprir com os seus deveres no meio em que atua, certamente o mundo será melhor.

O ingresso na Magistratura não se faz sem esse amor dedicado à vida de Juiz. Não se faz com desinteresse ou pouco caso.

Uma última reflexão. Amem o processo amando as boas coisas da vida. Sejam pessoas alegres. Aos domingos um cinema, um teatro, uma poesia. Leiam um pouco dos clássicos. Voltem a ler Machado de Assis, Eça de Queiroz. Leiam os modernos, leiam tudo. Amem a vida. Quem não ama a vida não pode exercer nenhuma profissão com felicidade. O que é a felicidade? A felicidade é a capacidade de compatibilizar a aspiração com a realidade. Quem consegue compatibilizar a sua aspiração com a realidade de sua vida, consegue ser feliz. Aqueles que não são capazes de compatibilizar a aspiração com a realidade, porque a realidade está aquém da aspiração, são infelizes. Aqueles que têm na realidade mais do que as suas aspirações são eufóricos. Os Magistrados precisam, apenas, equiparar aspiração e realidade. É o quanto basta para a felicidade.

Os Juízes devem ser felizes. Devem ser capazes de sorrir, capazes de pegar um processo com prazer, alegria, para continuarem bem.

Contemplem a natureza, mesmo que, às vezes, ela seja impiedosa. Quantas vezes uma natureza impiedosa permite ajudar a quem está ao lado. Em muitas ocasiões, uma enchente torna as pessoas mais humanas, mais solidárias, mais companheiras. Sejam felizes, mas rigorosos. Sejam competentes, mas rigorosos. Respeitem as liturgias, os ritos. Amem, enfim, a função que Deus lhes deu a oportunidade de ter, e que pelo concurso, pelo esforço de cada um, tornou-se possível.

Tenham presente a bela lição de **André Compte-Sponville**, no livro *O Pequeno Tratado das Grandes Virtudes*: "*Felizes são aqueles que têm fome de Justiça, porque eles jamais serão saciados*". Que vocês jamais sejam saciados na vontade de serem Juízes.